

## **RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos do**

\*dep. geral MT 1869-1875; cônsul Liverpool 1876-1900; min. Berlim 1901; min. Rel. Ext. 1902-1912.

*José Maria da Silva Paranhos Júnior* nasceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1845, filho primogênito de José Maria da Silva Paranhos e de Teresa de Figueiredo Faria. Recebeu o título de *barão do Rio Branco* em 1888 e, após a proclamação da República, passou a assinar *José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco* ou apenas *Rio Branco*. Tornou-se conhecido popularmente como *o Barão*, tanto em vida quanto postumamente. O primeiro José Maria Paranhos recebeu o título de visconde do Rio Branco em 1870, em missão de negociação no Prata, já aos 49 anos. Rio Branco era o nome de um pequeno rio ao sul do Mato Grosso, onde o Paraguai desejava fixar a fronteira com o Brasil, ao invés do rio Apa, onde Paranhos conseguira fixar os limites, com mais vantagens para o Brasil. Apesar de ter origens humildes, o visconde logrou ocupar os mais importantes cargos do Império: foi senador, ministro das Relações Exteriores e presidente do Conselho de Ministros, além de ter sido o autor da Lei do Ventre Livre. Maçom e membro do Partido Conservador, inseriu-se nos mais altos círculos do Império.

### **NO IMPÉRIO**

Dos nove filhos do visconde, Paranhos Júnior, ou Juca, como era chamado, foi o único a ter destaque na vida pública nacional. Estudou nas melhores instituições do Império: os primeiros estudos no Colégio Pedro II e o curso de direito entre as faculdades de São Paulo e Recife. Desde cedo publicou artigos de opinião e narrativas históricas sobre as questões militares no Prata, principalmente no jornal conservador *A Nação*. Ainda jovem, cultivava o hábito de colecionar documentos e mapas e, em 1867, foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Eleito deputado por Mato Grosso, exerceu o mandato de 1869 a 1875.

Nesse período, em 1873, Paranhos Júnior passou a viver com Marie Philomène Stevens, atriz belga que conhecera no Alcazar, casa de espetáculos no Rio de Janeiro, com quem viria a se casar em 1889. Já em 1873 nasceu seu primeiro filho, Raul. Em seguida viriam mais quatro: Marie Clotilde (1874), Paulo (1876), Amelie (1878) e Hortênsia (1885).

Em 1876, foi nomeado cônsul em Liverpool, cidade portuária inglesa por onde passava a maior parte dos produtos de exportação brasileiros. Saíam do porto de Liverpool por mês, com destino ao Brasil, em média de 50 navios que o consulado brasileiro fiscalizava e dos quais cobrava impostos. Um número semelhante de navios lá chegava todos os meses com produtos como café, açúcar e algodão, provenientes de portos brasileiros.

Não obstante a função consular na Inglaterra, por todo o período em que esteve no cargo conservou também residência em Paris, onde mantinha a família, realizava pesquisas, colecionava mapas e documentos relativos à história política e geográfica do Brasil. Em 1884 representou o Brasil na Exposição Universal de São Petersburgo, com a incumbência de promover o café brasileiro. Sua atuação lhe rendeu o título de conselheiro de Sua Majestade, que representava o mais elevado destaque antes da nobreza no contexto imperial. Em 1888, por ocasião da assinatura da Lei Áurea, recebeu o título de barão do Rio Branco como demonstração de deferência do imperador ao filho do autor da Lei do Ventre Livre.

#### NA REPÚBLICA

A proclamação da República, em 1889, suscitou insegurança quanto à sua permanência no consulado. Amigo íntimo de Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, o barão era identificado como monarquista e possivelmente perigoso à nova ordem. Colaborou, ainda que anonimamente, com Eduardo Prado nos *Fastos da ditadura militar*, em 1890, criticando o novo governo republicano. No *Jornal do Brasil*, a partir de 1891, publicava suas *Efemérides* e as *Cartas de França*, sempre usando pseudônimos e tecendo críticas à recém-formada República. Chegou a escrever, sob o pseudônimo de Ferdinand Hex, uma das descrições mais completas a que se teve acesso na imprensa brasileira a respeito da morte e dos serviços funerários de dom Pedro II.

Apesar de sua posição simpática ao regime monárquico, o barão se tornaria uma grande figura nacional no contexto republicano. São muitas as ações dignas de nota atribuídas a Rio Branco, entre as quais as mais celebradas dizem respeito ao traçado dos limites territoriais do Estado brasileiro. Alvo de exaltadas admirações, mas também de duras críticas, esse importante personagem da história política nacional deve ser compreendido no contexto das ambiguidades que formam as imaginações institucionais e que, de maneira

mais ampla, configuram importantes aspectos de nossa identidade nacional.

Em 1891, Rio Branco foi nomeado superintendente do serviço de imigração, cargo que, exercido a partir de Paris, acumulou com o do consulado na Inglaterra. Publicou então alguns artigos de propaganda em jornais europeus, com o objetivo de estimular a migração para o Brasil de trabalhadores rurais, principalmente italianos e alemães.

Em 1893, após da morte do barão Aguiar de Andrada, foi indicado para chefiar a missão brasileira como plenipotenciário no processo de arbitragem referente ao território de Palmas, ou Missões, a ser decidido por Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos. A questão dizia respeito a uma antiga contenda com a Argentina. No Tratado de Madri, de 1750, os limites entre o Brasil e a Argentina tinham sido fixados nos rios Peperi, afluente do Uruguai, e Santo Antônio, afluente do Iguazu. Não havia, porém, acordo quanto ao posicionamento dos rios. Os argentinos alegavam que o Peperi, ou Peperi-Guaçu, ficava mais a leste que o rio reconhecido pelos brasileiros pelo mesmo nome. Dois outros tratados já haviam sido assinados pelos países, um durante o Segundo Reinado, vetado pelo Congresso argentino, e outro no início do período republicano, vetado tanto pelo Congresso Nacional quanto pelo Exército brasileiro, permanecendo o impasse. Decidiu-se finalmente pelo recurso do arbitramento, sendo escolhido o presidente Cleveland, dos Estados Unidos, como árbitro.

Rio Branco chegou a Nova Iorque em maio de 1893, chefiando a missão brasileira. Antigo colecionador e estudioso das questões platinas, fez questão de não compartilhar a autoria das memórias que entregou, em defesa da causa brasileira, em fevereiro de 1894. Permaneceu em Washington até fevereiro de 1895, quando foi dada sentença favorável ao Brasil. Passou então a figurar na imprensa brasileira como herói que vencera a causa para o Brasil.

Voltando a Paris em 1895, ofereceu-se para atuar em outra causa arbitral, referente à fronteira do Amapá. Escolhido o governo suíço como árbitro, Rio Branco seria nomeado plenipotenciário brasileiro em 1898. Mudou-se para Berna, com a família, no ano seguinte, e lá permaneceu por dois anos. Como secretários da missão, levou consigo Domício da Gama, com quem trabalhara em Washington, e o filho Raul. Foi dado laudo favorável ao Brasil em 1º de dezembro de 1900. No ano seguinte, foi nomeado ministro do Brasil em Berlim, em seu primeiro e único posto como representante diplomático permanente. Em

1902, foi convidado pelo presidente Rodrigues Alves, eleito em março e empossado em 15 de novembro, para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores. Aceito o convite, chegou ao Brasil em 1º de dezembro.

### MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Já no exercício do cargo de chanceler, Rio Branco se deparou com nova questão de limites territoriais: a questão do Acre. Dessa vez não acreditava que a contenda pudesse ser resolvida por meio de decisão arbitral baseada em documentação histórica, já que aquele território jamais fora reconhecido como brasileiro. Tratava-se, não obstante, de importante contenda envolvendo populações dos dois lados, o brasileiro e o boliviano, bem como interesses do capital internacional, na figura de empresa norte-americana que detinha direitos de exploração econômica da área. Ao contrário das outras disputas territoriais, esta envolveu inclusive o envio de tropas de ambos os países. O acordo final, firmado através do Tratado de Petrópolis em 1903, esteve longe de alcançar aprovação unânime da opinião pública no Brasil. O desfecho se deu através da incorporação ao território nacional de 190 mil quilômetros quadrados, com a contrapartida de três mil quilômetros quadrados, mais dois milhões de libras entregues ao governo boliviano, além do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Rio Branco foi ministro das Relações Exteriores de quatro governos: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914). Atuou em negociações de fronteiras com a Argentina, Bolívia, Guiana Francesa e Peru. Teve importante papel na promoção de fluxos migratórios para o Brasil e foi um importante agente no processo de estabelecimento da ordem institucional burocrática da Primeira República, com forte presença na imprensa nacional e grande influência política.

Sua permanência como chanceler contrasta com a grande instabilidade política e institucional do período. Seu comando imprimiu marca permanente na configuração burocrática do Ministério das Relações Exteriores, que até o presente se identifica como a Casa de Rio Branco. Promoveu importantes reformas no Itamarati, inclusive em suas instalações físicas, que ocupou como residente nos últimos anos de vida, dormindo em meio aos papéis de seu escritório. Faleceu em seu leito, no Palácio do Itamarati, no dia 10

de fevereiro de 1912.

Rio Branco foi uma das figuras emblemáticas do início da era republicana brasileira, mas permanece como homem-símbolo da diplomacia nacional até a atualidade. Oficialmente instituído, desde 1945, patrono da diplomacia brasileira, Rio Branco também empresta seu nome ao instituto que vem formando os membros da carreira de diplomata do serviço exterior brasileiro desde 1946.

De seus filhos, somente Raul tornou-se diplomata, incorporando o nome Rio Branco como sobrenome.

Seus escritos foram publicados em sua maior parte como artigos na imprensa ou documentos oficiais. Grande parte de sua produção bibliográfica encontra-se disponível nos arquivos do Itamarati. Há uma reimpressão recente (1999) do livro organizado por Rodolfo Garcia em 1945, intitulado *Efemérides brasileiras/Barão do Rio Branco*, que reúne suas principais contribuições ao *Jornal do Brasil*.

A seu respeito, foram publicados os seguintes livros: *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*, de Artur Guimarães de Araújo Jorge (1904); *Rio Branco (Biografia)*, de Álvaro Lins (1945); *A vida do Barão do Rio Branco*, de Luís Viana Filho (1959); *Barão do Rio Branco*, de Márcio Tavares D'Amaral (1974); *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*, da Fundação Alexandre de Gusmão (1995); *Rio Branco, o Brasil no mundo*, de Rubens Ricúpero (2000), e *Rio Branco. A Monarquia e a República*, de Cristina Patriota de Moura (2003).

*Cristina Patriota de Moura*

FONTES: D'AMARAL, M. *Barão*; GARCIA, R. *Efemérides*; JORGE, A. *Rio Branco*; LINS, A. *Rio Branco*; MOURA, C. *Monarquia*; RICUPERO, R. *Rio Branco*; RICUPERO, R.; ARAÚJO, J.; JOPPERT, R. *Barão*; VIANA FILHO, L. *Vida*.

